

Neoliberalismo e o trabalho dos enfermeiros

The teaching-learning process in Nursing: some provocations from the work Teeteto, by Plato

Neoliberalism and the work of nurses

Neoliberalismo y trabajo dos enfermeiros

Thereza Christina dos Santos Figueira Cardoso¹, Ronan dos Santos², Mônica Oliveira da Silva e Souza³, Renato Tonole⁴, Joanir Pereira Passos⁵

Como citar esse artigo. Cardoso TCSF, dos Santos R, Souza MOS, Tonole R, Passos JP. Neoliberalismo e o trabalho dos enfermeiros. Revista Pró-UniversUS. 2022 Jul./Dez.; 13 (2) Suplemento: 87-92.

Resumo

Trata-se de um artigo de reflexão que se propôs a discutir as modificações impostas ao trabalho de enfermeiros, tendo como cerne as mudanças ocorridas a partir da década de 1990 com a adoção da doutrina socioeconômica neoliberal. Há diminuição gradativa, porém, significativa da intervenção do Estado em diversos setores, especialmente na saúde, assistimos o avanço de entidades privadas para gestão dos serviços públicos. Para a carreira de profissionais enfermeiros essa condição trouxe um grande impacto, com redução dos quadros de servidores de carreira, diminuição de editais de concursos, contratações frágeis, desrespeito aos direitos trabalhistas, condições que se traduzem em insegurança e instabilidade para os profissionais de forma ampla, prejudicando a gestão no planejamento de suas ações trazendo incerteza aos enfermeiros quanto a permanência no vínculo. A partir de estudos é possível correlacionar a adoção do modelo neoliberal e a crescente precarização do trabalho dos enfermeiros. A temática em questão, aponta ainda a necessidade de introduzir a discussão dos aspectos que envolvem nosso mundo do trabalho desde o período de formação dos futuros profissionais.

Palavras-chave: Precarização; Enfermeiro; Trabalho.



Abstract

It is an article of reflection that proposes to discuss the changes imposed on the work of nurses, having as a core the government changes that took place since 1990, with the adoption of the neoliberal socio-economic policy. There is a gradual but significant decrease in State intervention in several sectors, especially in health, as well, the advance of private entities inside the public health sectors. For the nurses professional career, this condition has had a great impact, with a decreased in the number of job offer inside the public organization, reduction of in public callings, fragile hiring in all the health institutions, disrespect for work rights, conditions that transmute into insecurity and instability for nursing professionals, harming the management in the planning of their actions, bringing uncertainty to nurses regarding the permanence in the bond. Based on studies, it is possible to associate the beginning of the neoliberal model, and the increasing precariousness of nurses' work. The theme in question also points out the need to introduce the discussion of aspects that involve our world of work since the training period of future professionals.

Keywords: Precariousness; Nurses; Work.

Resumen

Es un artículo de reflexión que propone discutir los cambios impuestos al trabajo de los enfermeros, teniendo como núcleo los cambios ocurridos a partir de la década de 1990 con la adopción de la doctrina socioeconómica neoliberal. Hay una disminución gradual pero significativa reducción de la intervención del Estado en varios sectores, especialmente en salud, ha visto el avance de entidades privadas para la gestión de los servicios públicos. Para la carrera de los profesionales de enfermería, esta condición ha tenido un gran impacto, con reducción del número de servidores de carrera, disminución de las licitaciones públicas, contratación frágil, irrespeto a los derechos laborales, condiciones que se traducen en inseguridad e inestabilidad para los profesionales de enfermería. en sentido amplio, perjudicando la gestión en la planificación de sus acciones, trayendo incertidumbre a los enfermeros en cuanto a la permanencia en el vínculo. Con base en los estudios, es posible correlacionar la adopción del modelo neoliberal y la creciente precariedad del trabajo de los enfermeros. El tema en cuestión también apunta la necesidad de introducir la discusión de aspectos que involucran nuestro mundo del trabajo desde el período de formación de los futuros profesionales.

Palabras clave: Precaridad; Enfermeros; Trabajo.

Afiliação dos autores:

¹Discente. Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Biociências – Doutorado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, Rio de Janeiro, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9380-4195>. ²Discente. Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Biociências – Doutorado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, Rio de Janeiro, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1296-3328>. ³Discente. Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Biociências – Doutorado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, Rio de Janeiro, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3657-8651>. ⁴Discente. Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Biociências – Doutorado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: renato.tonole@inca.gov.br ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4157-1809>. ⁵ Docente. Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Biociências – Doutorado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: joppassos@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6880-4545>.

* Email de correspondência: thereza.cardoso@unirio.br

Recebido em: 16/10/22. Aceito em: 21/10/22.

Introdução

A década de 90 se apresenta como um período onde se começou a desenhar profundas modificações nas políticas públicas e nas relações de trabalho, no que tange os serviços públicos, em especial na esfera da saúde. A conjuntura política, calcada modelo neoliberal lança profundas mudanças aos trabalhadores enfermeiros em uma lógica contrária ao estabelecido anteriormente pela Constituição Federal em seu artigo 97 que estabelece que a investidura em cargos públicos depende de aprovação em concurso público¹.

A expansão do neoliberalismo resulta na precarização do trabalho por ser uma política que propicia aos gestores a privatização e retirada de direitos sociais².

O neoliberalismo não se restringe a uma filosofia econômica, ele introduz uma nova lógica política e social que avança como uma proposta de modificação da vida em sociedade e as relações de trabalho impostas por esse modelo. O mesmo autor aponta os reflexos do trabalho precário para além do indivíduo, impactando famílias e sociedade como um todo².

Diante dessa realidade política, a Emenda Constitucional 19/1998, origina modificações para Administração Pública, Servidores e Agentes Políticos, sob a égide dos argumentos de controle das finanças públicas. São então alterados dispositivos da Constituição Federal atingindo o regime jurídico dos servidores públicos civis da administração direta, autarquias e fundações (Lei nº 8112/90) no que concerne a estabilidade no cargo público. Pavimenta-se o caminho para possibilidade de diferentes vínculos nas instituições públicas, a saber estatutários, celetistas, terceirizados e temporários³.

No âmbito da discussão política, utiliza-se como argumento para fundamentar a implantação da proposta neoliberal, a necessidade de modernização do serviço público do país. Contraditoriamente à Constituição Federal as políticas neoliberais expandiram-se para o mundo do trabalho e a terceirização se impôs como realidade laboral.

Ainda que sobre os argumentos dos princípios constitucionais de responsabilidade do Estado no que concerne os serviços públicos as práticas de terceirização avançaram pelo país e, no ano de 2015, o Supremo Tribunal Federal delibera como válida, a constitucionalidade dessa prática⁴.

Acrescente desvalorização dos servidores públicos é somada à ausência de investimentos em paralelo ao processo de terceirização dos setores públicos⁴.

As instituições de saúde, educação, cultura, ciência e tecnologia, desporto/lazer e meio ambiente passam a abrigar profissionais terceirizados com diferentes formas de contratação e remunerações, considerando ainda as diferenças dos direitos entre os trabalhadores. Observa-se uma flexibilização das contratações e subtração de direitos, caracterizando o

aprofundamento da precarização do trabalho da categoria.

Em especial, a categoria de enfermeiros, se vê impelida para além da pauta de luta por melhores condições de trabalho, enfrentar a necessidade de entender os impactos de novas modalidades de contratação a despeito dos anteriores processos seletivos para o servidor estatutário. Inicia-se uma desconfiguração com ausência de concursos público, fragilidade de novos vínculos.

São criadas organizações sociais, empresas públicas de direito privado voltadas para gestão da área da saúde como uma nova proposta econômica para o Estado. É na verdade um ataque frontal aos trabalhadores estatutários.

Historicamente para Enfermagem registra-se baixa remuneração, o que impõe à maioria, a busca de outros vínculos de trabalho, levando a sobrecarga de jornadas, submetendo-se a condições precárias, com flagrantes desrespeitos trabalhistas.

Ainda que submetidos a processos seletivos os trabalhadores ingressantes nas novas modalidades de contratação são destituídos dos direitos dos servidores públicos. Importante ressaltar que para enfermagem, o dimensionamento de pessoal registra déficits, onde as perdas e/ou saídas de enfermeiros não são repostas na velocidade ideal. Essa situação, enfrentada em décadas anteriores à referida no estudo, aprofundou-se pelo longo hiato de realizações de concursos públicos para atualização dos quadros de servidores⁴.

Observa-se um descompromisso do Estado e seus entes federativos, evidenciado pela morosidade em atender as demandas de recursos humanos necessários para suprir as redes de saúde. Diante de argumentos econômicos e faixas remuneratórias não atrativas para os profissionais qualificados para os serviços, a terceirização é apontada como a solução para os quadros de pessoal e expansão da rede de estabelecimentos públicos de saúde⁵.

A responsabilidade da gestão pública é transferida para entidades não governamentais que em verdade atuam como empresas privadas de saúde, que recebem recursos públicos, pretensamente voltadas para os interesses e necessidades da população e compromissadas com os trabalhadores⁵.

A sobreposição do capital ante a força humana do trabalho, traduz a lógica neoliberal expressas pela legitimação de privatização, terceirização, desregulamentação e flexibilização aplicadas pelo Estado⁶. Seguindo nessa reflexão, a força de trabalho passa a ser explorada de acordo com as determinações de interesse do patronato com total liberdade para contratação e dispensa, estabelecimento de jornadas e valores salariais⁷. Deste modo, o presente artigo de reflexão teve como objetivo discutir as modificações impostas ao trabalho de enfermeiros tendo como cerne as mudanças ocorridas a partir da década de 1990 com a adoção da doutrina socioeconômica neoliberal.

Discussão

As transformações neoliberais no trabalho dos enfermeiros

A transformação do cotidiano dos enfermeiros se traduz na fragilidade nas relações de trabalho, na insegurança do vínculo, na dificuldade para a gestão local no que tange o planejamento, organização, execução do trabalho e metas devido, entre outros aspectos, às oscilações dos vínculos contratuais, valores percebidos, adesão dos profissionais contratados, tempo de contrato.

Essas condições desestabilizam e afetam tanto os estatutários quanto aos terceirizados, considerando-os indivíduos formadores de uma equipe de enfermeiros lotados nas instituições e distribuídos em escalas de serviço fundamentais para prestação da assistência nos diferentes níveis de atribuições e complexidade.

De acordo com a Lei nº 8080/1990 que abrange a organização e o funcionamento dos serviços de saúde, a iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde em caráter complementar em situações que configuram a incapacidade pública em atender às necessidades impostas o que não corresponde aos interesses de terceirizar os serviços públicos.

No município do Rio de Janeiro, a transição de governo no ano de 2009 inicia a implantação de uma lógica privatista em consonância com os governos estadual e federal.

A Secretaria Municipal de Saúde tem regulamentada a Lei nº 5026/2009 que dispõe sobre a qualificação e atuação das organizações sociais (OS), explicitando no artigo 1º inciso 2º que as contratações se dariam exclusivamente em unidades de saúde criadas a partir da data vigoração. Apesar de manifesto contrário da sociedade civil, expressa pelo Conselho Municipal de Saúde, o modelo foi adotado para a expansão da atenção primária da saúde no município.

De acordo com o edital da SMS para concurso público de servidor estatutário realizado em 2019, o número de vagas para enfermeiros em um total de vinte e sete, explicita a disparidade entre a necessidade e a reposição de pessoal evidenciando a gradual extinção dos cargos públicos para a categoria.

As contratações pelas Organizações Sociais (OS) se pautam como alternativas para atender a Lei de Responsabilidade Fiscal, na qual os gestores ancoram a afirmação de prejuízo na qualidade dos serviços por déficit de pessoal, estando limitados à novas entradas de servidores na rede. As OS se configuram como uma solução legal para esse problema e assumem a função de gestão das unidades públicas de saúde com amplo espectro de poder sobre funcionários, insumos, equipamentos e serviços de apoio.

Ocorre que a ausência de regulamentação específica e fiscalização adequada, permite um descontrole, com ocorrências polêmicas a exemplo de fatos levados a público pela mídia, recente e reiteradamente no município do Rio de Janeiro, envolvendo irregularidades e desrespeito para com os trabalhadores enfermeiros. Via de regra, os contratos são interrompidos com sensível prejuízo para os profissionais evidenciando as fragilidades desses vínculos.

No ápice da pandemia de Covid, assistimos na cidade uma expansão de leitos e consequentemente profissionais de saúde para prestação da assistência necessária.

Concomitante à sobrecarga de trabalho caracterizada pela pandemia, foram expostas as precárias condições de trabalho existentes anteriormente a pandemia, mas que foram aprofundadas de forma significativa. Desde as jornadas de trabalho, carência de EPIs e insumos, acomodações impróprias para descanso e atrasos salariais. Situações expressas de desrespeito nas relações contratuais de trabalho.

À medida que os quadros de estatutários vão sendo reduzidos sem recomposição por concursos públicos, as contratações por organizações sociais avançam para o interior das unidades havendo a convivência de grupos mistos, o que de uma forma subjetiva altera as relações laborais pelo processo de contratação e entrada nos serviços, livres de um crivo seletivo. Há ainda os fatores diferenciais entre valores financeiros e direitos entre profissionais exercendo as mesmas funções.

Esse aspecto enfatizado que parte dos serviços públicos não é mais realizado por servidores estatutários, concursados e sim por trabalhadores contratados de forma precária, por tempo determinado e sem os direitos dos funcionários públicos. Em última instância, há uma transferência dos serviços para esfera privada⁸.

A gestão do Prefeito Eduardo Paes iniciada em 2009, imprime o modelo de terceirização optando por essa modalidade para implementação do Programa da Saúde da Família. Para a área da saúde o município qualificou 21 Organizações Sociais (OS), no ano de 2011⁹.

A mobilização política de enfermeiros

Discorrer sobre a participação e posicionamento dos enfermeiros sobre as questões que afetam diretamente a categoria nos remete a refletir sobre uma apatia recorrente diante de processos decisórios.

A política possibilita ao sujeito um processo contínuo de questionamento, construção, desconstrução, avaliação, para atender o dinamismo necessário para o exercício profissional¹⁰.

Para classe trabalhadora é fundamental o engajamento e fortalecimento junto as entidades representativas, com um movimento de força unificado, no avanço das pautas de interesse da categoria a serem

conquistadas. O modelo neoliberal também é responsável pelo esvaziamento das associações entre trabalhadores e sindicatos, subtraindo os espaços de negociação impondo submissão quanto às relações poder dos empregadores⁶.

As insatisfações e frustrações decorrentes do mundo do trabalho findam por desestabilizar a saúde física e mental dos profissionais, porém os descontentamentos ficam confinados aos espaços de trabalho entre os pares imediatos o que não evolui para busca de soluções e potencializa os descontentamentos.

Observa-se de forma geral, uma desmobilização da classe trabalhadora, uma perda do sentido de coletividade diante das ideias neoliberais e a crise econômica que assola o país. A necessidade de estar inserido no mercado de trabalho faz com que os trabalhadores se submetam a condições precárias de contratação.

No que se refere aos enfermeiros, a inexistência de concursos para o serviço público os impele para as OS, ainda que reconhecendo as fragilidades para uma carreira na área.

Considerando ser uma categoria qualificada, composta por sujeitos críticos e reflexivos, são agentes sociais e principalmente na esfera de assistência pública, é conhecedora e consciente dos direitos e deveres em sociedade, porém não se faz presente de uma forma articulada e contundente nos temas de interesse da profissão. Existe um sentimento comum de que determinadas situações não têm solução e não valem o esforço, delegando para as entidades representativas o embate e resolução das questões inquietantes. Um descolamento nocivo do caráter de coletividade em prol dos interesses comuns.

Recentemente a categoria pôde assistir aos frutos de uma forte mobilização em torno da pauta reivindicatória sobre o piso das categorias de enfermagem. Essa conquista se dá a partir da conjunção de uma base mobilizada e articulada com as entidades representativas junto ao poder legislativo para aprovação de uma solicitação histórica dos profissionais.

É um rebatimento contra ao comportamento conformista que impregna a categoria, cabendo a pequenas parcelas de profissionais a busca e a luta por melhores condições de trabalho. Em um dos estudos realizados, afirma um despreparo político presente na profissão, adotando uma postura passiva, alinhada e compactuada com os ditames do poder, anulando-se e expressando subordinação e desunião¹⁰.

Cabe enfatizar que para os profissionais dependentes da rede privada e/ou das contratações instáveis, o poder de luta e negociação mostra-se fragilizada considerando a baixa participação junto às entidades de defesa da classe e ainda ressaltando também o descrédito e esvaziamento de poder dos sindicatos, resultante também do modelo neoliberal.

Faz-se necessário e urgente a construção junto da categoria, a organização da classe, uma organização

política, fortalecida, traduzindo a identidade da categoria, considerando representações influentes junto ao poder legislativo, voltada para as necessidades trabalhistas.

E, ainda, aponta que a gênese da profissão careceu de uma visão política acrescentando o fato de que, no mundo do trabalho neoliberal, o cuidado do enfermeiro não se expressa em lucros financeiros, estabelecendo uma dependência em outra categoria da área de saúde para o fluxo de suas atividades laborais. Ou seja, na economia capitalista o trabalho dos enfermeiros é desvalorizado e pouco reconhecido¹⁰.

O desgaste físico e mental

O avanço no campo científico ampliou a qualificação dos profissionais enfermeiros, manifestado pela busca crescente de conhecimento. Ocorre que em muitas vezes, esbarra nas contratações, onde são absorvidos pelo mundo de trabalho em cenários diversos de suas qualificações, causando frustração e insatisfação.

A sobrecarga das jornadas de trabalho, múltiplos empregos, insegurança e instabilidades dos vínculos constituem um somatório das pressões decorrentes do trabalho vão impactar e gerar prejuízos significativos à saúde dos enfermeiros.

É comum observar junto a esses trabalhadores sinais de estresse e exaustão, manifestando-se em doenças causadas pelo ambiente laboral. Por efeito, uma redução da capacidade para o trabalho. São elementos relevantes para a necessária compreensão de que o trabalho do enfermeiro sofre constantemente as influências nocivas de uma sobrecarga considerando o maior impacto junto aqueles cujos vínculos não lhes garantem direitos trabalhistas plenos¹².

O estresse advindo do trabalho causa ou potencializa doenças físicas e psicológicas, constituindo fonte de sofrimento para o sujeito¹².

Avisão simplista do neoliberalismo sobre o trabalho do enfermeiro desconsidera as facetas e especificidades da profissão, impondo condições inadequadas desde os vínculos impostos aos profissionais, que com o declínio dos concursos para servidores públicos de carreira são submetidos à contratações instáveis, baixa remuneração, unidades precarizadas, dimensionamentos insuficientes, insatisfação da clientela e altos índices de produtividade das demandas institucionais¹³.

O processo de trabalho do enfermeiro nas instituições de saúde, em especial nas unidades hospitalares é carregado de sentimentos como dor, medo, sofrimento. Os aspectos psicológicos dos profissionais ficam relegados e precisam ser trabalhados pelos próprios profissionais, principalmente quando a lógica institucional se pauta em produtividade e lucros¹³.

O somatório dessa realidade compromete o bem estar físico e mental. Ao considerar a

carga emocional inerente da profissão remete a demanda financeira traduzindo-se em sofrimento do enfermeiro. Ainda é importante citar o medo do desemprego que aflige esses trabalhadores e conseqüentemente se submetem à oferta do mercado de trabalho independentemente da sua qualidade¹⁴.

Contradizendo a humanização do cuidado, assistimos à desumanização imprimida a essa categoria entendendo como a política neoliberal corroe as condições de trabalho¹⁵.

O modelo neoliberal aplicado no setor da saúde trouxe desrespeito e desvalorização na saúde do trabalhador¹.

No cômputo geral, o produto dessa lógica política é evidenciado no esgotamento psicofísico e na qualidade do trabalho e atividades desenvolvidas.

Considerações Finais

Diante de quadros que refletem as dificuldades que surgiram ou foram aprofundadas pelo neoliberalismo compreender esse modelo em suas amplas dimensões é fundamental para entender o mundo do trabalho e em especial para os enfermeiros refletirem sobre o processo de precarização sofrido pela categoria.

À medida que os gestores adotaram práticas de contratação e terceirização dos serviços de saúde, o campo de atuação dos enfermeiros foi sofrendo uma descaracterização nas relações de trabalho, avançando o modelo de contratação fora dos quadros de servidores públicos, evidenciando desigualdades e fragilidades. A classe, principalmente, entre os profissionais mais jovens, foi impelida para essa modalidade ou nos vínculos privados já existentes.

Os concursos para o Regime Jurídico Único, foram gradativamente sendo extintos não restando outra forma de integrar ao mercado de trabalho, ainda que em unidades públicas de saúde.

Há a necessidade de uma conscientização crítica e coletiva dos trabalhadores enfermeiros para uma articulação em torno dos interesses da profissão, fortalecimento da participação junto às entidades representativas nos espaços de discussões políticas, na busca por condições de trabalho dignos, em defesa das conquistas obtidas, reabertura de editais de concursos para servidores de carreira, recomposição adequada dos dimensionamentos de pessoal. Para tal é fundamental o enfermeiro ser reconhecido como trabalhador, sujeito político e agente transformador da sua realidade.

Os movimentos da categoria foram fundamentais para a recente aprovação do Projeto de Lei nº 2.564/2020 que estabelece o piso salarial em âmbito nacional e no estado do Rio de Janeiro, no ano de 2018, a aprovação do Projeto de Lei nº 3.764 que aplica o piso à jornada de 30 horas semanais. São exemplos

de que a luta se dá com a mobilização da categoria.

A temática em tela nesse artigo, aponta ainda a necessidade de introduzir a discussão dos aspectos que envolvem nosso mundo do trabalho desde o período de formação dos futuros profissionais. É necessário na graduação essa discussão emergir nos componentes curriculares de forma a despertar ou aprofundar a consciência dos estudantes sobre os aspectos políticos e econômicos que permeiam os vínculos trabalhistas disponíveis no mercado enfatizando o papel social da categoria.

Esse movimento iniciado no processo de formação, constitui uma possibilidade de construção de futuro profissional mais engajado na luta pelos interesses da categoria. A qualidade da educação é fundamental para um enfermeiro competente nos aspectos técnicos, porém, é necessário transcender as discussões para as questões apontadas nesse artigo, formando um cidadão reflexivo sobre sua relação com o trabalho precarizado pelo modelo neoliberal.

O mundo do trabalho do enfermeiro tomado pelo neoliberalismo, trouxe à categoria instabilidade e incertezas. É imprescindível uma tomada de consciência coletiva em busca novos horizontes que estabeleçam condições dignas e seguras para os profissionais.

Referências

1. Gonçalves FGA, Souza NVDO, Pires AS, Santos DM, Oliveira CAFB, Ribeiro LV. Modelo neoliberal e suas implicações para a saúde do trabalhador de enfermagem. *Rev enferm UERJ*. 2014 Jul./Ago.; 22 (4): 519-525.
2. Kallenberg AL. O crescimento do trabalho precário um desafio global. *RBCS*. 2009 Fev.; 24 (69): 21-30.
3. Ribeiro ACA, Souza JF, Silva JL. Precarização do trabalho no SUS na perspectiva da enfermagem hospitalar. *Cogitare Enferm*. 2014 Jul./Set.; 19 (3): 569-575.
4. Druck G. A terceirização no setor público e a proposta de liberalização da terceirização pelo PL 4330. *Jornal dos Economistas*. 2013 Out.; 291: 11-13.
5. Andreazzi MFL, Bravo MIS. Privatização da gestão e organizações sociais na atenção à saúde. *Trab. Educ. Saúde*. 2014; 12 (3): 499-518.
6. Antunes R. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo (SP): Cortez Editora, 2015.
7. Pérez Júnior EF, David HMSL. Trabalho de enfermagem e precarização: uma revisão integrativa. *Enfermagem em Foco*. 2018; 9 (4): 71-76.
8. Druck G. A terceirização na saúde pública: formas diversas de precarização do trabalho. *Trab. Educ. Saúde*. 2016 Nov.; 14 (supl 1): 15-43.
9. Mattos VA. Serviço social: cotidiano profissional nas unidades de pronto atendimento geridas por organizações sociais no município do Rio de Janeiro. (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: Política Social e Trabalho da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); 2012. 118p.
10. Persegona KR, Rocha DLB, Lenardt MH, Zagoneli IPS. O conhecimento político na atuação do enfermeiro. *Esc Anna Nery Rev Enferm*. 2009 Jul./Set.; 13 (3): 645-650.

11. Lessa ABSL, Araújo CNV. A enfermagem brasileira: reflexão sobre sua atuação política. *REME • Rev Min Enferm.* 2013 Abr./Jun.; 17 (2): 474-480.
12. Camelo SHH, Angerami ELS. Sintomas de estresse nos trabalhadores atuantes em cinco núcleos de saúde da família. *Rev Latino-am Enfermagem.* 2004 Jan./Fev.; 12 (1): 14-21.
13. Avellar LZ, Iglesias A, Valverde PF. Sofrimento psíquico em trabalhadores de enfermagem de uma unidade de oncologia. *Psicologia em Estudo.* 2007 Set./Dez.; 12 (3): 475-481.
14. Fontinhas JE, Cardoso JMM. O estresse no trabalho do enfermeiro. *Revista UNIN-GÁ.* 2017 Jan./Mar.; 51: 78-86.
15. Souza MMT, Passos JP, Tavares CMM. Sofrimento e precarização do trabalho em enfermagem *J. res.: fundam. care online.* 2015. Jan./Mar.; 7 (1): 2072-2082.